Sumário

Índice Sistemático

Capítulo I - O Direito Civil

- 1. A formação das condutas no estágio primitivo da sociedade
- 2. A conduta como norma
- 3. A composição dos conflitos
- 4. O direito e seu fundamento
- 5. Direito e moral
- 6. O direito, a lei, a justiça e a ética
- 7. Direito natural
- 8. Direito positivo
- 9. Direito público e direito privado
- 10. Direito objetivo e direito subjetivo
- 11. Direito romano e formação do direito privado
- 12. As codificações do direito civil
- 13. Tendência de unificação do direito privado
- 14. O direito civil brasileiro
- 15. O direito como ciência
- 16. Filosofia do direito
- 17. Sociologia do direito

Capítulo II - Fontes do Direito

- 1. O sentido de fonte
- 2. Classificação das fontes
- 3. A lei
 - 3.1. Origem do poder da lei
 - 3.2. Lei, norma, ordenamento e plebiscito
 - 3.3. Características da lei
 - 3.4. Classificação das leis
 - 3.5. Formação e constituição da lei
 - 3.6. O processo legislativo
- 4. O costume
- 5. A jurisprudência
- 6. Doutrina
- 7. A analogia
- 8. Princípios gerais do direito e brocardos jurídicos

- 9. A equidade
- 10. O direito comparado

Capítulo III – Da Vigência da Lei

- 1. O início da vigência da lei
- 2. A vacatio legis
- 3. Revogação da lei anterior e repristinação
- 4. Obrigatoriedade e desconhecimento das leis
- 5. A inconstitucionalidade das leis
- 6. Eficácia da lei no espaço
- 7. A irretroatividade da lei, o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada
- 8. Efeito imediato e retroativo das leis constitucionais e aplicação imediata das leis processuais civis
- 9. As leis de ordem pública e seu efeito no passado
- 10. Efeitos passados e efeitos futuros da lei
- 11. Efeitos da lei nos fatos pendentes
- 12. A irretroatividade frente às novas condições impostas no exercício de uma atividade
- 13. Incidência das normas de direito monetário e irretroatividade
- 14. Lei nova e expectativa de direito

Capítulo IV – Interpretação das Leis

- 1. Interpretação e compreensão do direito
- 2. Espécies de interpretação
- 3. Técnicas de interpretação
- 4. Interpretação extensiva, literal e restritiva
- 5. Norma, fato e valor

Capítulo V - A Relação Jurídica

- 1. Objeto das normas jurídicas
- 2. O vínculo advindo da norma
- 3. Vínculo, relação obrigacional e relação jurídica
- 4. Decorrências da vinculação à relação jurídica
- 5. Discriminação dos elementos da relação jurídica
- 6. Obrigação jurídica em face dos direitos
- 7. Espécies de direitos originados da relação jurídica

Capítulo VI - O Exercício dos Direitos

- 1. A capacidade no exercício dos direitos
- 2. Reconhecimento dos direitos e incapacidade para o seu exercício
- 3. Faculdade no exercício dos direitos
- 4. Abuso de direito
- 5. O direito adquirido

- 5.1. O direito adquirido frente à Constituição Federal
- 5.2. Alcance do direito adquirido
- 5.3. Direito adquirido e decisões do Judiciário
- 5.4. Direito adquirido e expectativa de direito

Capítulo VII - As Pessoas Naturais

- 1. O sentido de pessoa
- 2. A pessoa natural
- 3. Personalidade
- 4. Começo e fim da personalidade
 - 4.1. O nascimento
 - 4.2. O nascituro
 - 4.3. A morte e a declaração de sua presunção
 - 4.4. A comoriência

Capítulo VIII – O Estado da Pessoa e os Direitos da Personalidade

- 1. O estado das pessoas
- 2. Os estados da pessoa que persistem no direito moderno
- 3. Nacionalidade e cidadania
- 4. Direitos da personalidade
 - 4.1. Direitos fundamentais
 - 4.2. Direito à vida
 - 4.3. Direito à saúde
 - 4.4. Proteção da personalidade depois da morte
 - 4.5. Proteção à integridade física e disposição do próprio corpo
 - 4.6. Mudança de sexo
 - 4.7. O direito à liberdade
 - 4.8. O direito à imagem e à voz
 - 4.9. Direito à honra, à dignidade, ao respeito, à privacidade e à intimidade
 - 4.10. Direito à igualdade
 - 4.11. Direito à identidade
 - 4.12. Direito à segurança
 - 4.13. Direito ao sigilo
 - 4.14. Direito à informação
 - 4.15. Direitos de autor
 - 4.16. Direitos da personalidade da pessoa jurídica
- 5. Tutela da personalidade e ações de estado

Capítulo IX - O Nome

- 1. O nome como fator de identificação das pessoas
- 2. Natureza do nome
- 3. Elementos que compõem o nome

- 4. O registro civil do nome
- 5. Mudança, alteração e retificação no registro
- 6. Registros de expostos e de menores abandonados
- 7. Registro fora do prazo

Capítulo X - Capacidade da Pessoa Natural

- 1. Personalidade e capacidade
- 2. Espécies de capacidade e distinções
- 3. Capacidade e incapacidade
- 4. Incapacidade absoluta e incapacidade relativa
- 5. Os absolutamente incapazes menores de dezesseis anos
- 6. Os relativamente incapazes
 - 6.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos
 - 6.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos
 - 6.3. Os impedidos de exprimir a vontade por causa transitória ou permanente
 - 6.3.1. Os que não têm o necessário discernimento por enfermidade ou deficientes mentais
 - 6.3.2. Os ausentes
 - 6.4. Os pródigos
- 7. Limitações no exercício dos direitos
 - 7.1. Os indígenas
 - 7.2. O cônjuge e o encarcerado ou condenado criminalmente
 - 7.3. Os cegos
 - 7.4. O marido e a mulher
- 8. Casos especiais que ensejam o reconhecimento da incapacidade relativa
 - 8.1. Perturbações mentais
 - 8.2. A idade avançada
 - 8.3. Doenças
 - 8.4. Os surdos-mudos que não puderem exprimir a sua vontade
 - 8.5. Dúvida em relação ao momento em que apareceu a doença e presunção da capacidade
- 9. Normas de proteção aos incapazes
- 10. Cessação da incapacidade
 - 10.1. Desaparecimento da causa da incapacidade e advento da maioridade
 - 10.2. Antecipação da maioridade

Capítulo XI - Ausência

- 1. Caracterização
- 2. Finalidade da declaração da ausência
- 3. Hipóteses de declaração da ausência
- 4. Iniciativa na declaração da ausência e arrecadação dos bens
- 5. Arrecadação dos bens e declaração de ausência

- 6. Sucessão provisória
- Sucessão definitiva

Capítulo XII – Pessoas Jurídicas

- 1. Caracterização
- 2. Conceito e requisitos
- 3. A denominação
- 4. Natureza jurídica
- 5. Visão histórica
- 6. Classificação das pessoas jurídicas
 - 6.1. No pertinente ao campo de ação, ou à finalidade, ou ao objeto
 - 6.2. No pertinente à estrutura organizacional
- 7. Constituição das pessoas jurídicas
 - 7.1. Quanto às pessoas jurídicas de direito público
 - 7.2. Quanto às pessoas jurídicas de direito privado
 - 7.2.1. As associações
 - 7.2.2. As sociedades
 - 7.2.3. As fundações
 - 7.2.4. As organizações religiosas e os partidos políticos
 - 7.2.5. As empresas individuais de responsabilidade limitada
- 8. Direitos, capacidade e representação da pessoa jurídica
- 9. Responsabilidade civil
 - 9.1. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público
 - 9.2. Responsabilidade das pessoas jurídicas privadas
 - 9.2.1. Responsabilidade dos administradores e sócios pelas obrigações das pessoas jurídicas
 - 9.2.2. Responsabilidade dos sócios pelas obrigações fiscais das pessoas jurídicas privadas
 - 9.2.3. Obrigações pessoais dos sócios
- 10. Autorização para o funcionamento das pessoas jurídicas privadas
- 11. Transformação, incorporação, fusão, cisão e alteração das pessoas jurídicas privadas
- 12. Pessoas jurídicas privadas coligadas
- 13. Resolução de quota de sócio e dissolução da pessoa jurídica privada
 - 13.1. Resolução de quota de sócio
 - 13.2. Dissolução da pessoa jurídica
- 14. Formas especiais de pessoas jurídicas privadas
 - 14.1. Cooperativas
 - 14.2. Condomínio
 - 14.3. O empresário individual
 - 14.4. As sociedades não personificadas
 - 14.5. Entidades ou grupos personificados que não são pessoas jurídicas

Capítulo XIII - O Domicílio

- 1. Conceitos e distinções
- 2. Domicílio e competência
- 3. Domicílio das pessoas jurídicas
- 4. Domicílio de eleição
- 5. Espécies de domicílio
- 6. Mudança de domicílio

Capítulo XIV - Os Bens

- 1. O conceito de bem, patrimônio, coisa e objeto
- 2. Características dos bens para serem objeto da relação jurídica
- 3. Classificação dos bens
- 4. Bens corpóreos e incorpóreos
- 5. Os bens considerados em si mesmos
 - 5.1. Bens móveis, semoventes e imóveis
 - 5.1.1. Bens considerados imóveis
 - 5.1.2. Bens considerados móveis
 - 5.2. Bens fungíveis e infungíveis
 - 5.3. Bens consumíveis e inconsumíveis
 - 5.4. Bens divisíveis e indivisíveis
 - 5.5. Bens singulares e coletivos
- 6. Os bens reciprocamente considerados
 - 6.1. Bens principais e bens acessórios
 - 6.1.1. Espécies de bens acessórios
 - 6.2. As pertenças
 - 6.3. As benfeitorias
- 7. Bens considerados em função da titularidade do domínio. Bens públicos
 - 7.1. Classificação dos bens públicos
 - 7.2. Caracteres dos bens públicos
- 8. Os bens insuscetíveis de serem negociados

Capítulo XV - Os Fatos Jurídicos

- 1. Compreensão dos fatos, dos fatos jurídicos e dos negócios jurídicos
- 2. Conceito de fato jurídico
- 3. Classificação dos fatos jurídicos
- 4. Formação e aquisição dos direitos
- 5. Direitos deferidos e direitos não deferidos
- 6. Modos de aquisição dos direitos
- 7. Modificação dos direitos
- 8. Defesa dos direitos
- 9. Perecimento ou extinção dos direitos

Capítulo XVI - Negócios Jurídicos

- 1. Ato jurídico e negócio jurídico no Código Civil
- 2. A teoria do negócio jurídico
- 3. Classificação dos negócios jurídicos
- 4. A manifestação da vontade nos negócios jurídicos
- 5. Interpretação dos negócios jurídicos
- 6. Requisitos dos negócios jurídicos
 - 6.1. Agente capaz
 - 6.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável
 - 6.3. Forma prescrita ou não defesa em lei
 - 6.4. O consentimento
- 7. Decorrências naturais e acidentais
- 8. Invocação da incapacidade relativa em proveito próprio
- 9. A representação e a assistência

Capítulo XVII - A Representação

- 1. Conceito
- 2. Distinções
- 3. Elementos da representação
- 4. Espécies de representação
- 5. Incidência dos efeitos da representação
- 6. Representação no negócio consigo mesmo
- 7. Prova e extensão dos poderes na representação
- 8. Conflito de interesses na representação
- 9. Requisitos e efeitos da representação

Capítulo XVIII - Da Condição, do Termo, do Prazo e do Encargo

- 1. Espécies de elementos que compõem os atos ou negócios jurídicos
- 2. Condição
 - 2.1. Classificação das condições
- 3. Termo
 - 3.1. Espécies de termos
 - 3.2. Incidência das regras da condição ao termo
- 4. Prazo
- 5. Encargo ou modo

Capítulo XIX - Defeitos dos Negócios Jurídicos

- 1. Vícios de vontade e defeitos do consentimento
- 2. Erro ou ignorância
 - 2.1. Classificação do erro
 - 2.2. Execução do negócio de conformidade com a vontade real

- 2.3. Casos específicos de ignorância
- 3. Dolo
 - 3.1. Classificação do dolo
- 4. Coação
 - 4.1. Requisitos da coação
 - 4.2. Coação por ameaça do exercício normal de um direito e por temor reverencial
 - 4.3. Coação exercida por terceiro
 - 4.4. Coação por sugestão hipnótica e a pressuposição
- 5. O estado de perigo
- 6. A lesão no direito
 - 6.1. Fundamentos da lesão
 - 6.2. Natureza da lesão
 - 6.3. Requisitos e elementos identificadores da lesão
 - 6.4. A lesão e a lei que trata dos crimes contra a economia popular
 - 6.5. Contratos anuláveis pela lesão
 - 6.6. A lesão e a onerosidade excessiva
- 7. Fraude contra credores
 - 7.1. Contratos suscetíveis de anulação por fraude
 - 7.2. Negócios presumidos de boa-fé
 - 7.3. Fraude e falência
 - 7.4. Ação própria para anular o contrato
 - 7.5. Fraude de execução

Capítulo XX – Invalidade do Negócio Jurídico por Nulidade

- 1. Abrangência da invalidade
- 2. Inexistência do negócio e a ineficácia
- 3. A nulidade do negócio jurídico
- 4. Espécies de nulidade
- 5. Causas de nulidade
 - 5.1. Pessoa absolutamente incapaz
 - 5.2. Objeto do negócio ilícito, impossível ou indeterminável
 - 5.3. Ilicitude do motivo determinante, comum a ambas as partes
 - 5.4. Negócio não revestido da forma especial prevista em lei
 - 5.5. Negócio praticado com a preterição de alguma solenidade essencial
 - 5.6. Negócio visando fraudar lei imperativa
 - 5.7. Negócio nulo ou proibido por expressa declaração da lei, sem estabelecer alguma sanção
 - 5.8. Simulação
 - 5.8.1. Características e requisitos
 - 5.8.2. Espécies
 - 5.8.3. Simulação e dissimulação

- 5.8.4. Reserva mental
- 5.8.5. Simulação na interposição de pessoa
- 5.8.6. Simulação através de declaração, confissão ou condição não verdadeira
- 5.8.7. Simulação de data
- 5.8.8. Alegação da simulação pelos próprios contratantes
- 5.8.9. Terceiros de boa-fé e legitimidade para arguir a simulação
- 6. Legitimidade para alegar a nulidade
- 7. Impossibilidade de confirmação do negócio nulo e sua imprescritibilidade
- 8. Efeitos da sentença que decreta a nulidade
- 9. Supressão das nulidades e conversão do negócio

Capítulo XXI - Invalidade do Negócio Jurídico por Anulabilidade

- 1. Conceito e decorrência da imperfeição da vontade
- 2. Negócios anuláveis
- 3. Distinção relativamente às nulidades
- 4. Efeitos da desconstituição do negócio anulável
- 5. Confirmação dos negócios anuláveis
- 6. Invalidade do instrumento
- 7. Invalidade parcial do negócio, da obrigação principal ou da obrigação acessória
- 8. Negócios praticados por menores relativamente incapazes
- 9. Ocultação dolosa da idade pelo menor
- 10. Responsabilidade do menor na prática de negócios ilícitos
- 11. Obrigação anulada e restituição do valor pago a incapaz
- 12. A decadência no negócio jurídico para a anulação

Capítulo XXII - Ato Jurídico Lícito e Ato Ilícito

- 1. Atos lícitos e atos ilícitos
- 2. Manifestações da conduta na prática do ato ilícito
- 3. Ato ilícito e culpa
- 4. Dolo e culpa
- 5. Formas da culpa propriamente dita
- 6. Classificação da culpa
- 7. Da culpa à responsabilidade
- 8. Elementos da responsabilidade
- 9. Responsabilidade subjetiva
- 10. Responsabilidade objetiva
- 11. Aplicação da responsabilidade subjetiva e objetiva
- 12. Situações excludentes de ilicitude
 - 12.1. O estrito cumprimento do dever legal
- 13. Responsabilidade civil do Estado
- 14. O dano

- 14.1. Dano patrimonial
- 14.2. Dano moral
- 14.3. Dano contratual e extracontratual
- 14.4. Dano indireto
- 14.5. Danos patrimoniais, estéticos e morais

Capítulo XXIII - Prescrição e Decadência

- 1. Temporariedade da vida dos direitos
- 2. Prescrição e decadência
- 3. Prescrição e decadência frente à classificação das ações
- 4. Fundamento da prescrição e da decadência
- 5. Natureza de ordem pública da prescrição e faculdade em as partes estabelecerem a decadência
- 6. Espécies de prescrição
 - 6.1. Prescrição intercorrente
- 7. Prescrição como exceção
- 8. Prescrição, perempção e preclusão
- 9. Renúncia à prescrição
- 10. Momento e legitimidade para a alegação da prescrição
- 11. A prescrição e as pessoas jurídicas de direito privado e de direito público
- 12. A prescrição quanto aos relativamente incapazes e às pessoas jurídicas
- 13. Sucessão na prescrição
- 14. Possibilidade de o juiz decretar de ofício a prescrição e a decadência que envolvem direitos de pessoas absolutamente capazes
- 15. A prescrição dos direitos acessórios
- 16. Suspensão da prescrição
- 17. Interrupção da prescrição
 - 17.1. Interrupção da prescrição e improcedência ou extinção da ação
- 18. O recomeço da prescrição interrompida
- 19. Legitimidade para promover a interrupção da prescrição
- 20. Citação nula e prescrição
- 21. A extensão da prescrição frente a terceiros e solidariedade
- 22. Prazos da prescrição
 - 22.1. Prazo ordinário
 - 22.2. Prazos especiais
 - 22.2.1. A pretensão para o pagamento das despesas de hospedagem e de alimentação
 - 22.2.2. A pretensão do segurado contra o segurador, ou deste contra aquele
 - 22.2.3. A pretensão na percepção de emolumentos, custas e honorários de árbitros e peritos
 - 22.2.4. A pretensão contra os peritos, pela avaliação de bens que entram para a formação do capital de sociedade anônima

- 22.2.5. Pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes
- 22.2.6. Pretensão a prestações alimentícias
- 22.2.7. Pretensão às prestações relativas a aluguéis
- 22.2.8. Pretensão ao recebimento de prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias
- 22.2.9. Pretensão em haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias
- 22.2.10. Pretensão ao ressarcimento por enriquecimento sem causa
- 22.2.11. Pretensão à reparação civil
- 22.2.12. Pretensão à restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé
- 22.2.13. Pretensão ao ressarcimento contra fundadores, administradores, fiscais e liquidantes de sociedades anônimas
- 22.2.14. Pretensão para haver o pagamento de títulos de crédito
- 22.2.15. Pretensão do beneficiário e do terceiro prejudicado ao seguro obrigatório
- 22.2.16. Pretensão relativa à tutela
- 22.2.17. Pretensão para a cobrança de dívidas líquidas
- 22.2.18. Pretensão dos profissionais liberais, dos procuradores judiciais, dos curadores e professores por seus honorários
- 22.2.19. Pretensão para reaver o que se despendeu em juízo
- 22.2.20. A pretensão nas dívidas trabalhistas e no FGTS
- 22.2.21. Pretensão nas obrigações da União, dos Estados, Municípios e de outros órgãos públicos
- 22.2.22. Pretensão no direito de autor
- 22.2.23. Pretensão para a reparação do dano moral por crime de imprensa
- 22.2.24. Pretensão nas sociedades por ações
- 22.2.25. Pretensões sobre as águas públicas
- 23. Início do prazo prescricional da ação indenizatória por ilícito penal
- 24. A prescrição e o cumprimento da pretensão indenizatória
- 25. A decadência no Código Civil
- 26. Exemplificações de decadência

Capítulo XXIV - A Forma e a Prova nos Negócios Jurídicos

- 1. Distinções. Conceito e importância da forma
- 2. A forma livre
- 3. A forma especial
- 4. O formalismo e o consensualismo
- 5. A escritura pública e outros instrumentos para o suporte de atos ou negócios formais e atos ou negócios não formais
- 6. A prova nos negócios jurídicos. Conceito e finalidade
- 7. Requisitos para a admissibilidade da prova
- 8. O ônus na produção da prova

- 9. A prova e os fatos notórios
- 10. A forma livre e a forma especial da prova
- 11. Os meios de provas
 - 11.1. A confissão
 - 11.2. Os documentos
 - 11.2.1. A presunção de veracidade das declarações constantes nos documentos
 - 11.2.2. Prova da anuência ou autorização para a prática de um ato ou negócio
 - 11.2.3. Cláusula que estabelece o instrumento público
 - 11.2.4. A obrigatoriedade da escritura pública como prova e documentos públicos
 - 11.2.5. Os documentos particulares
 - 11.2.6. Autenticação do documento
 - 11.2.7. O "fac-símile"
 - 11.2.8. As cartas e os registros domésticos e os livros comerciais como provas
 - 11.2.9. A prova da data nos documentos para valer contra terceiros
 - 11.2.10. Autoria dos documentos
 - 11.2.11. Regulamentação da prova documental
 - 11.3. As testemunhas
 - 11.3.1. Espécies de prova testemunhal
 - 11.3.2. Pessoas que não podem testemunhar
 - 11.3.3. Escusas permitidas para não depor
 - 11.3.4. Restrições à prova exclusivamente testemunhal
 - 11.3.5. O ato da ouvida da testemunha
 - 11.4. A presunção
 - 11.4.1. Espécies de presunções
 - 11.5. Perícia
 - 11.6. Ata notarial

Bibliografia